

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXXXX**

1ª Acordante: Fulano de tal, nacionalidade, profissão, RG nº. XXXXX e CPF nº. XXXXXX, correio eletrônico: XXXXXX, telefone: (61) XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX;

2ª Acordante: Fulano de tal, nacionalidade, profissão, RG nº. XXXXX e CPF nº. XXXXXX, correio eletrônico: XXXXXX, telefone: (61) XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX, vêm, perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, requerer a homologação do presente0

**DIVÓRCIO CONSENSUAL c/c GUARDA, ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO
DE VISITA**

nos termos do art. 731 do CPC/2015, pelas razões de fato e de direito, a seguir, aduzidas.

I - DO MATRIMÔNIO

As partes realizaram a união civil, **sob o regime de comunhão parcial de bens**, em XXXXXx, conforme cópia da certidão de casamento nº XXXXXXXXXXXX, em anexo, emitida pelo Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas do XXXXXXXXXXXXXXXXX

As partes estão **separadas de fato desde 05 de setembro de 2019**.

Desde então, os acordantes residem em domicílios distintos. Nesse sentido, esclarecem que não há possibilidade de reconciliação.

II - DOS BENS E DAS DÍVIDAS

Durante a união, o casal não obteve bens ou dívidas a serem partilhados.

III - DA FILHA DO CASAL

O casal possui uma filha, a saber: **XXXXXXXXXX**, menor impúbere, atualmente, com 02 anos e 11 meses de idade, nascido em 07.02.2017, Certidão de Nascimento nº XXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, conforme cópia da certidão de nascimento anexa.

IV - DA GUARDA

Os acordantes entabulam que a guarda do filho será deferida a ambos, na modalidade **compartilhada, lar de referência materno**.

Cumpre destacar que os acordantes possuem bom relacionamento, com respeito e cordialidade, sempre em prol da filha.

V - DA REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR/VISITAS

O genitor, segundo acordante, poderá ter a filha consigo em finais de semana alternados, pegando a filha na sexta feira na saída da escola e devolvendo-a na segunda, na entrada da escola.

Terá o genitor a companhia da filha em feriados alternados, pegando-os no dia anterior ao feriado na saída da escola e devolvendo-os no dia posterior ao feriado na entrada da escola. Não sendo dia letivo na véspera ou dia posterior ao feriado, o genitor pegará a filha na véspera do feriado na casa da genitora às 19h e os devolverá às 08h do dia posterior ao feriado no mesmo local.

A filha passará o Natal (dias 24/12 e 25/12), com o pai, e o Ano Novo (dia 31/12 e 1º/01), com a mãe, nos anos pares, sendo que nos anos ímpares haverá a inversão da ordem das festividades, sendo que o genitor pegará a filha às 09h do primeiro dia e o devolverá às 20h do último dia, no mesmo local.

No Dia das Mães, no Dia dos Pais e no aniversário dos pais, ficará a filha com o genitor homenageado. Sendo a véspera e o dia posterior da festividade dia letivo, o genitor pegará a filha no dia anterior na saída da escola e o devolverá no dia posterior na entrada da escola, caso contrário, o genitor pegará a filha na casa da genitora às 19h na véspera da festividade e os devolverá às 08h do dia posterior no mesmo local.

No aniversário dos menores os mesmos passarão com o genitor nos anos pares e, nos anos ímpares com a genitora. Sendo a véspera e o dia posterior da festividade dia letivo, o genitor pegará a filha no dia anterior na saída da escola e os devolverá no dia posterior na entrada da escola, caso contrário, o genitor pegará a filha na casa da genitora às 19h na véspera da festividade e os devolverá às 08h do dia posterior no mesmo local.

Feriado de Carnaval que tem início no sábado e fim na quarta-feira, o genitor pegará a filha na sexta-feira na saída da escola e os devolverá na quinta-feira na entrada da escola, nos anos pares e, nos anos ímpares os menores passarão com a genitora.

Feriado da Semana Santa, que tem início na sexta-feira e fim no domingo, o genitor pegará a filha na quinta-feira na saída da escola e os devolverá na segunda-feira na entrada da escola, nos anos ímpares e, nos anos pares os menores passarão com a genitora.

Por fim, o genitor desfrutará da companhia dos filhos, nos anos pares, na primeira metade das férias escolares de meio e fim de ano, sendo o restante das férias em companhia materna e, nos anos ímpares, haverá a inversão da ordem das festividades.

VI - DAS NECESSIDADES DA MENOR

A menor possui as seguintes necessidades básicas mensais:

Descrição das Despesas mensais	Valor (R\$)
Alimentação	R\$ 800,00
Condomínio, água e esgoto (R\$ 200,00: 2 pessoas)	R\$ 100,0
Energia elétrica (R\$ 50,00: 2 pessoas)	R\$ 25,00
Lazer	R\$ 150,00
Vestuário	R\$ 150,00
Saúde/Farmácia/Higiene Pessoal	R\$ 100,00
TOTAL	R\$ 1.325,00

VII - DA POSSIBILIDADE DOS GENITORES

A lei estabelece que ambos os genitores devem auxiliar na manutenção dos filhos, atendendo-se ao binômio *possibilidade x necessidade*.

Os gastos com a menor sempre foram repartidos entre o casal, na proporção das respectivas remunerações.

Com o divórcio, o lar de referência da filha do casal será o materno. Assim sendo, torna-se imprescindível a prestação alimentícia pelo pai, ora, 2º Acordante.

VIII - DA OFERTA DE ALIMENTOS PELO GENITOR

O 2º acordante se compromete a pagar a título de alimentos a filha o valor correspondente a **25% (vinte cinco por cento) dos seus rendimentos brutos, deduzidos apenas os descontos obrigatório (INSS e IRPF), inclusive sobre horas extras, férias, auxílio alimentação e outras gratificações recebidas, a ser descontada e repassada pelo empregador a genitora dos menores na mesma data do pagamento ao empregado, por meio de depósito na conta da representante dos menores, XXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXX, Banco: XXXXXXXXX, Agência XXXXXXXXXXXX, Op. XXXX, Conta nº: XXXXXXXXXX.** Ainda, o 2º Acordante se compromete a manter o pagamento do plano de saúde em favor dos filhos.

Caso o 2º Acordante fique desempregado, o mesmo se compromete a pagar a pensão para a filha no valor a 30% (trinta por cento) salário mínimo mensal, que deverá ser depositado em conta bancária em nome da genitora dos menores, dados acima citados, até o dia 10 (dez) de cada mês.

O 2º Acordante também custeará, 50% (cinquenta por cento) das despesas de material e uniforme escolares a cada ano letivo, mediante apresentação dos comprovantes de gastos pela genitora dos menores, devendo o pagamento ser feito em até 10 (dez) dias após a apresentação dos comprovantes de despesas pela genitora ao genitor, na conta da genitora, acima informada, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida acrescido de juros e correção monetária.

IX - DOS ALIMENTOS AOS CÔNJUGES

Os cônjuges, ora 1ª e 2º Acordante, dispensam alimentos entre si.

XI - DOS NOMES DOS NUBENTES

Não houve alteração do nome da **1ª Acordante**

XII - DO DIREITO

A Emenda Constitucional n. 66, de 13/07/2010, dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, *in verbis*:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 226 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 226.

.....
§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

Assim, uma vez que não existe mais possibilidade de reconciliação entre o casal, o divórcio é medida adequada. (grifo nosso)

Sobre o divórcio consensual, dispõe o CPC:

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão:

I - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns;

II - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges;

III - o acordo relativo à guarda da filhaincapazes e ao regime de visitas; e

IV - o valor da contribuição para criar e educar os filhos.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos [arts. 647](#) a [658](#).

Os requisitos legais foram atendidos, por essa razão, o presente acordo pode ser homologado.

XIII - DOS PEDIDOS

Isso posto, requerem:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita em decorrência da hipossuficiência econômica dos acordantes, conforme dispõe o artigo 98 do CPC/15;
- b) A intimação do membro do Ministério Público para atuar no feito, na forma da Lei;
- c) Por se tratar de divórcio consensual, os acordantes **dispensam a realização de audiência de conciliação ou mediação**, nos termos do art. 319, inciso VII, do CPC/15;
- d) A procedência do pedido para decretar-se o divórcio judicial do casal, **desde o dia 05/09/2019**, com a expedição do competente mandado ao Cartório do 1º Ofício de Notas, Registro Civil, Títulos e Documentos, Protesto de Títulos e Pessoas Jurídicas do XXXXXXXXXXXX.
- e) A homologação também do acordado no tocante à **guarda da filha do casal, a regulamentação de convivência familiar/visitas e os alimentos à filha menor**, tudo conforme consta nos **ITENS IV, V e VIII** desta inicial;

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Nesses termos, pedem deferimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXX

1ª. Acordante

XXXXXXXX

2ª. Acordante

XXXXXXXXXXXX

Colaboradora nº XXXXXXXX - DPDF

XXXXXXXXXXXX

Assessora Jurídica DPDF - OAB/DF XXXXXXXXXXXXXXXX

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL